

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: IMPACTOS SOCIAIS DOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO

Eliane Siqueira de Medeiros Lazari¹

*Não esperamos nada do século 21: é o século 21 que espera tudo de nós
(MAYOR e BINDÉ)*

RESUMO: Nesse texto, procuramos evidenciar que ao longo da história da Educação de Jovens e Adultos, especificamente da alfabetização, muitos projetos e programas foram executados por diversas instituições, porém, estes não possibilitaram rompimentos com o estado ou condição de analfabeto dos indivíduos. Uma política educacional bem definida num sistema de ações conjugadas entre instituições de formação ou não, sociedade civil organizada, as esferas governamentais, organizações não-governamentais – ONGs - poderá reverter esse estado ou condição e gerar impactos sociais, melhorando a qualidade de vida das pessoas pouco ou não escolarizadas, que são excluídas socialmente, vislumbrando, assim, a superação da relação dual de opressor-oprimido.

PALAVRAS-CHAVE: alfabetização de jovens e adultos, impactos sociais, política educacional, parcerias e opressão x oprimido.

ABSTRACT: In this text, seeking evidence that, throughout the history of Education, Youth and Adults, specifically of literacy, many projects and programmes were carried out by various institutions, but they do not possible disruptions to the state or condition of illiterate individuals, and much has been discussed in recent decades. An educational policy in a well-defined system of combined action between institutions of training or not, civil society organisations, the beads governmental, non-governmental organizations - NGOs, could reverse this state or condition and generate social impacts improving the quality of life of people just or not attending school, who are socially excluded, seeing thus overcoming of the dual-oppressed oppressive.

KEYWORDS: literacy of young people and adults, social impacts, educational policy, partnerships and oppression x oppressed.

Pensar a educação hoje é muito mais do que se pensar em conceitos ou formas de educação. É uma busca que perpassa pela educação

¹ Especialista em Planejamento Educacional. Assessora técnico-pedagógica da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Membro da equipe do Plano de Ações Articuladas – PAR/MT. E-mail: elianelazari@gmail.com

informal, não-informal e formal, vislumbrando o indivíduo como um todo, sem fragmentações. A exigência educacional na pós-modernidade, dentro dos parâmetros escolarizáveis, vem impondo ao sistema condições ímpares em todos os tempos, fazendo ajustes para que se possa conjugar ações que fogem das alçadas das instituições escolares, o que as transformam num poderio de assistencialismo com alto teor de responsabilidades e com padrões mínimos presos aos princípios da qualidade.

No cenário da educação no Brasil, a Educação de Jovens e Adultos tem registros significativos ao longo de sua história, como podemos confirmar na literatura já publicada nacionalmente. Porém, essa modalidade sempre foi colocada numa posição de posterioridade em relação às demais. A sua gênese está no processo de exclusão social advindo de modelos econômicos vigentes, cujo sistema da divisão social do trabalho cria a relação de opressor versus oprimido, em que um se sobrepõe ao outro numa relação dual de dominantes e dominados, confirmando as inúmeras dualidades nas relações marcadas pela e na história do homem na sociedade: corpo/alma, homem/natureza, homem/sociedade, trabalho/salário, patrão/empregado, teoria/prática, entre outras.

Acreditar na Educação de Jovens e Adultos numa concepção de educação para a vida é pensar os conceitos durkheimianos, cuja “educação é essencialmente o processo pelo qual aprendemos a ser membros da sociedade. Educação é socialização [...] e socializar-se [...] é aprender o seu devido lugar nela” (RODRIGUES, 2002, p.32-33) e isso exige momentos de reflexões para poder se definir políticas educacionais, considerando os momentos históricos que são extremamente ímpares. Que sujeitos queremos formar? Que tipo de sociedade queremos? Para perpetuar, reproduzir, revolucionar ou transformar? Educar para que tipo de vida?

Todas essas questões têm nos afrontado quando observamos que a educação no século XXI continua sendo um mecanismo de manutenção da ordem social. Uma educação, via de regra, fundamentada ora na transmissão, ora na tentativa da emancipação do homem, visando de fato e de direito à sua liberdade. Isso nos remete ao questionamento do conceito de liberdade que se tem ao definir políticas educacionais, principalmente de jovens e adultos.

Há de se considerar, acima de tudo, que a política do bloco hegemônico neoliberal, com os efeitos da globalização, vinculados estritamente aos aspectos econômicos em que o mercado dita as regras, vem travando batalhas no sistema educacional brasileiro que tem nos mostrado o verdadeiro lugar de cada um nessa sociedade. O analfabeto, o pouco ou não escolarizado, desprovido do mundo das letras, tem ocupado espaços cada vez menores, levando-se por um conformismo de sua condição

social e principalmente econômica.

Rodrigues (2002 p. 36), ao mencionar a sociologia de Marx, diz que

[...] ele olhou à sua volta e percebeu que, para além dos sinais aparentes de miséria e sofrimento das classes trabalhadoras [...] havia um processo histórico em curso que, enquanto levava a burguesia à condição de classe dominante, expropriava dos trabalhadores manuais seus instrumentos de produção e seus saberes, transmitidos com zelo de geração para geração através dos séculos [...].

De acordo com Marx (apud RODRIGUES, 2002, p. 37), considerando as chamadas leis da história, a luta entre classes sociais e as relações de dualidade perpetuam a condição de oprimido e opressor neste século XXI, visto que o trabalhador continua expropriado dos seus saberes e, para medidas paliativas nessas relações, tem-se pensado nesse sujeito enquanto sujeito marginalizado socioeconômico e culturalmente, propondo reaver ou resgatar a dívida social, primando pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, conforme prescrevem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos – Parecer N.º 11/2000 – CEB/CNE.

Nesse sentido, as políticas educacionais no final do século passado, especialmente as de alfabetização, possibilitaram discussões um pouco mais acirradas em torno da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, considerando essa dívida social e os índices estatísticos apresentados em relação ao analfabetismo que, segundo o censo 2007, há 14,4 milhões de brasileiros acima de 15 anos que são analfabetos literais e 33 milhões de analfabetos funcionais no Brasil e, em Mato Grosso, 10,3% da população acima de 15 anos é formada por analfabetos literais e 24,9% é composta por analfabetos funcionais.

Hoje, as políticas educacionais já conseguem direcionar um olhar mais focalizado e cauteloso para a demanda existente, com vistas a resgatar essa dívida social para com aqueles que foram excluídos do processo de escolarização em idade própria, não tendo acesso à escola ou não permanecendo nela, conforme preveem as bases legais vigentes.

Há uma grande preocupação, em todo o território nacional, em alfabetizar jovens e adultos, atendendo as metas estabelecidas no PNE Nº 10.172/2000. E, para isso, a sociedade civil organizada, por meio de instituições governamentais e não governamentais, tem se mostrado sensibi-

lizada e acessível à participação em projetos e programas, com o objetivo de alfabetizar esses sujeitos que, por força da circunstância, não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos.

O perfil do nosso aluno da alfabetização de jovens e adultos é marcado pela história das lutas entre as classes; são pessoas que compartilham objetivos semelhantes, porém, com características homogêneas e heterogêneas ao mesmo tempo. Homogêneas porque são pessoas de condições econômicas, de moradia, de trabalho, emprego ou desemprego, nível de instrução educacional semelhantes e heterogêneas porque culturalmente originam-se de diversas regiões do país, com diferentes profissões e com as mais variadas idades num mesmo grupo. Essa riqueza de diversidade e de semelhança possibilita-nos criar a consciência coletiva, consciência do mundo e, principalmente, a consciência de si próprio.

Nesse sentido, Paulo Freire (1987) deixa claro que nessa relação é possível o homem “re-descobrir-se” por meio da prática da reflexão de si mesmo, “mas que ninguém se conscientiza separadamente dos demais. A consciência se constitui como consciência do mundo. Se cada consciência tivesse o seu mundo, as consciências se desencontrariam em mundos diferentes e separados” (ibidem, p. 14). Portanto, na soma de esforços para conjugar ações, considerando as características homogênea e heterogênea dos alunos dos programas e/ou projetos de alfabetização, é necessário pensar quem é esse aluno, o que de fato está a procura e o que podemos lhes oferecer.

A partir da consciência de sua história de vida, esse sujeito “é levado a escrever a sua própria história” (ibidem, p.18), e para isso, não basta aprender a ler e escrever, fazer o uso dos códigos puro e simplesmente, mas sim fazer uso social da escrita e da leitura, visto que esse mesmo sujeito vive numa sociedade letrada que lhe impõe, a cada momento histórico, situações que apenas o ato de decodificar não é suficiente. Desta forma, é necessário humanizar-se através das letras, dos símbolos, sentir-se liberto ou livre, não apenas para ocupar uma função na sociedade.

“A alfabetização não é um jogo de palavras, é uma consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos, o projeto histórico de um mundo comum, a bravura de dizer a sua palavra” (FREIRE, 1987, p. 20). Freire nos deixa em seus escritos a visão de mundo que muitos, embora com lentes armadas de graus elevados, não conseguem ver porque fazem da educação uma educação depositária, bancária, reprodutora e alienada.

Enquanto se acredita que analfabeto é apenas o sujeito que não domina o código escrito, nasce o analfabeto funcional e o digital, talvez

numa proporção menor porque são atores advindos do processo de escolarização, porém, com os mesmos estereótipos. Nesse sentido, temos os escritos de Ribeiro (1999), que trata das questões do alfabetismo focalizando quais as habilidades de leitura que caracterizam um indivíduo como realmente capaz e apto para viver numa sociedade grafocêntrica, o que nos leva a observar que, mesmo escolarizados, os indivíduos apresentam graus de alfabetismo.

Como já mencionamos, faz-se urgente a necessidade de ações conjugadas entre instituições e a sociedade civil. Essas ações nos dão conta de que é possível enfrentarmos os desafios herdados pela política da pseudodemocracia. Dessa forma, é necessário colocá-las no patamar da pedagogia da prática social educativa, para contemplar o século XXI. É preciso também travar lutas para que essa pedagogia venha influenciar na vida cotidiana do indivíduo, não apenas no seu intelecto, mas, acima de tudo, no social, no econômico, no político e no seu interior por via da consciência individual.

Acreditar que mudar o mundo é erradicar o analfabetismo é um grande equívoco. Transformar o mundo e a sociedade perpassa também pela educação, em que a reciprocidade, a dialogicidade e a triadicidade (real, imaginário e simbólico) se estabelecem nas relações entre os homens e destes com a natureza/sociedade. E, dessa forma, podemos pensar que sistematizar programas de alfabetização de jovens e adultos é muito mais que resgatar uma dívida social; é, acima de tudo, respeitar o indivíduo como homem, que é movido pelo maior elo, o amor. A sociedade de classes, movida pelo acúmulo de capital, impõe, além da escolarização, a necessidade de competências, consideradas como capacidades que cada indivíduo desenvolve para articular, mobilizar os conhecimentos, as atitudes, as habilidades, as emoções, os sentimentos e cruzar informações visuais (externas) e não-visuais (internas) para gerar novos conhecimentos.

No paradigma educacional e social emergente, é mister não mais reproduzir modelos estáticos de alfabetização de jovens e adultos, porque se assim o fizermos, não estaremos propondo mudanças no grau de alfabetismo dos indivíduos. Paulo Freire, na década de 60, já possuía uma visão holística do processo de alfabetização; sentia necessidade de reinventar a educação para que esta fosse um instrumento de transformação do homem e do mundo. É lamentável que apesar de suas ideias impregnarem muitas ações nacionais, ainda estão muito aquém de serem realidade.

Brandão (1981, p.16), ao abordar o método Paulo Freire, afirma que o nobre educador “imaginou criar uma ferramenta que ajudasse o

homem a começar pelo começo; por um jeito mais humano de ensinar-aprender a ler-e-escrever”, porque o homem é um sujeito histórico, produz a sua própria história e nela vive; é um sujeito que faz parte de uma cultura, que trabalha, enfim, que tem educação. Acreditamos que, acima de tudo, esse sujeito, com o propósito de ser livre, estará preso nas algemas da marginalização social e, conseqüentemente, econômica, caso não tenha acesso aos bens educacionais.

Sabemos que não existiu o método Paulo Freire de alfabetização propriamente dito porque o processo de alfabetização adotado por ele, na época de sua experiência em Mossoró, consistia no método silábico. O que deu significado explosivo ao chamado “método Paulo Freire” foram as suas ideias e a forma como era trabalhada essa alfabetização silábica. Esta partia de temas geradores, os quais faziam parte da realidade dos alfabetizados, que se encontravam num círculo de cultura acompanhados por um animador, cuja figura era a do alfabetizador. Essa proposta de alfabetização pautada nos ideais freirianos proporcionou grandes contribuições para uma educação emancipatória, o que podemos chamar de humanização, porque, para ele, se o ato de alfabetizar estivesse em desconexão com o diálogo, este não teria sentido.

Segundo Brandão,

[...] o diálogo é o sentimento do amor tornando ação. As trocas entre o homem e a natureza são originariamente regida pelo diálogo [...] e as coisas que existem no mundo são dadas ao homem. Elas existem para ele e se oferecem ao homem para serem dominadas por ele. Para serem amorosamente transformadas e significadas pelo homem e para ele. O homem responde à dádiva da natureza com o ato do trabalho [...] é a sua parte no diálogo que deveria ser fundamental de todos os outros seres humanos. (BRANDÃO, 1981, p.103).

Nesse século XXI, a educação de jovens e adultos deverá estabelecer o interlúdio sócio-político-econômico e cultural no processo de alfabetização, tendo por base a dialogicidade, o amor e o respeito nas relações homem-natureza, porque o trabalho só acontece quando da instituição das relações entre os homens e destes com a natureza.

Ao nos reportarmos à história da evolução do ser humano, em Meksenas (2002) vemos que o homem, sendo descendente de um dos ramos dos primatas, ao adotar uma postura ereta e ao utilizar a sua capaci-

dade de pensar e lutar pela sobrevivência, sentiu a necessidade de fazer uso das mãos como instrumento ou ferramenta de sobrevivência, inclusive para fabricação de outras ferramentas, nascendo, dessa forma, o trabalho. Porém, isso não aconteceu num processo imediato e isolado, porque o círculo de dependência se instaurou no processo em que cada um começou a se especializar em uma única atividade, criando um vínculo de interdependência entre os indivíduos coletivamente, o que o autor chama de “processo educativo coletivo através da linguagem” (p.17).

Nasceu, assim, o trabalho. E, dessa forma, o homem partiu em direção à transformação da natureza em seu próprio benefício, instituindo a exploração humana por meio da divisão social do trabalho, o que o levou a criar “novas formas de organizar a vida: as normas se tornaram leis e as leis, por sua vez, fixaram costumes, tradições e maneiras de agir que são tidas como convenientes pelo grupo social” (ibidem, p. 18). Nesse sentido, confirma-se o aporte de Durkheim no nascimento da sociedade, cujo “interesse coletivo impõe regras às condutas individuais” (p.18).

Nessa trama de relações, nasce, na sociedade letrada, o indivíduo com necessidades, que, por sua vez, aposta numa descrença da sua capacidade de lutar para sobreviver em meio aos blocos hegemônicos neoliberais e neoconservadores e julga desnecessário o acesso à leitura e à escrita.

Metaforicamente dizemos que é possível apagar o rastro deixado na areia da praia da vida dessas pessoas, ou seja, é possível fazer algo no sentido de minimizar as marcas do analfabetismo. A geração de adultos, pouco ou não-escolarizados, não é fictícia, está aí, ninguém pode negar, mas é urgente pensar nos jovens que estão seguindo a mesma trilha. Não basta nos sensibilizarmos com as necessidades dessas pessoas. Elas precisam viver dignamente e independente de ser jovem ou adulto, a sociedade letrada exige que as pessoas façam o uso social da leitura e da escrita, num ir e vir dos seus direitos e deveres. Portanto, cabe-nos ações reflexivas e investigativas que possam, num futuro não muito distante, evitar os desastres do alfabetismo para com uma geração de jovens que está emergindo diante de uma sociedade letrada.

Outros são mais otimistas. Acreditam que nunca é tarde para se aprender e procuram participar de programas e/ou projetos de alfabetização, pensando sempre na melhoria da qualidade de vida, principalmente na expectativa de um emprego melhor, que automaticamente lhes proporcionará uma renda maior e, conseqüentemente, um padrão de vida melhor. Entretanto, estes encontram resistência na conciliação entre o trabalho e o estudo e, para atender essa demanda, é mister que saibamos adequar as suas necessidades às suas condições.

O século XXI, posto como século do conhecimento, da informação, da comunicação, é também o da solidariedade, o que nos permite um investimento para proporcionar aos jovens e adultos não somente o acesso ao saber escolarizado, mas, acima de tudo, a sua permanência numa projeção de aspirações sociais. O homem deve ser respeitado na sua condição humana, sem diferenças, pois todos têm saberes acumulados ao longo de suas vidas e é nesse ato de reciprocidade que se proporciona o crescimento materializado na dialética e na história.

Esse homem, ao ter garantido os seus direitos e seus deveres, como prescreve a Carta Magna do País, poderá não mais fazer parte dos excluídos socialmente, e sim dos que lutam pela superação da sociedade de classes em meio à transformação social, libertando-se de qualquer tipo de coerção, haja vista que será um sujeito politizado.

Conforme Paro (1999, p. 102),

[...] a questão da educação enquanto fator de transformação social inscreve-se no contexto mais amplo do problema das relações entre educação e política. Esse problema só pode ser adequadamente analisado se tanto política quanto educação forem vistas em suas especificidades, de tal modo que uma não se dilua na outra e vice-versa.

Refletir sobre educação implica num ato político e todo ato político implica num ato educativo, que apesar de distintos, estabelecem uma relação de reciprocidade na dominação e na persuasão. Entretanto, não podemos nos esquecer de que nessa possibilidade de bifurcação e convergência, ao mesmo tempo está o aluno da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, especificamente, o da alfabetização. E é para essa clientela que devemos concentrar as nossas ações. As exigências idealizadas para esse século estão cada vez mais estabelecidas e sistematizadas frente a um projeto hegemônico: alfabetizar para cidadania.

Nessa perspectiva, acreditamos que os impactos na vida dos jovens e adultos, pouco ou não-escolarizados, deverão ser significativos, não podendo mais ser nas proporções e dimensões dos programas sociais gerados e gestados em perspectivas compensatórias, supletivas.

Os programas de alfabetização de jovens e adultos deverão ter características próprias para esse público ao considerar a especificidade de cada grupo de alfabetizando a partir da sua realidade, e não ficar circulando em torno dela, menosprezando a capacidade de cada um; é preciso proporcionar, além do mundo simbólico das letras, acessível através da

leitura, da escrita e do saber matemático, o mundo dos impactos sociais, com orientações nas diversas áreas do conhecimento, com encaminhamentos para práticas da vida; faz-se necessário estabelecer contratos didáticos coerentes e não coercitivos; construir, antes de mais nada, uma relação harmoniosa entre as partes envolvidas; respeitar as adversidades culturais, religiosas e outras; criar espaços para produção de artefatos capazes de gerar ou ampliar a renda familiar. Isso tudo poderá implicar no resgate da autoestima de cada um, melhorando, inclusive, o Índice de Desenvolvimento Humano no País.

Ficamos perplexos ao examinar, ao longo da história, as péssimas condições socioeconômicas a que são submetidos muitos jovens e adultos em decorrência do seu estado de analfabeto, bem como o fato de não usarem do seu conhecimento e de sua capacidade para a superação dessas condições. Essa questão implica no rompimento dos paradigmas unilaterais arraigados naqueles que estão alfabetizados, ou que apresentam graus de alfabetismo superiores e acreditam não haver necessidade de educar ou politizar o outro que, por motivos alheios à sua vontade, não teve acesso à alfabetização ou que dela fora excluído.

Queremos acreditar que para ampliar o nosso ativismo e gerar, de fato, impactos sociais comensuráveis na vida de milhões de brasileiros, como, por exemplo, aumentar a escolaridade, gerar ou ampliar a renda familiar, ter acesso aos bens culturais e outros requer ações no sentido de maximizar as oportunidades, por meio de parcerias entre instituições de formação, as esferas governamentais e organizações não-governamentais - ONGs. Dessa forma, é possível estabelecer uma política educacional pautada nos princípios éticos dos direitos humanos.

A efetivação de ações dessa natureza perpassa pelo crivo da formação dos profissionais que atuarão num projeto macro, visto que além da formação didático-pedagógica, estes deverão estar imbricados e realmente sensibilizados com a situação que ora se apresenta aos nossos jovens e adultos.

Segundo Brandão (1981, p.109), “o homem que se conscientiza é aquele que aprende a pensar do ponto de vista da prática da classe que reflete, aos poucos, o trabalho de desvendamento simbólico da opressão e o trabalho político de luta pela superação”.

Mesmo assim, não daremos conta de resolver os problemas pontuais dos nossos cidadãos, haja vista que somente o domínio dos códigos da escrita não é suficiente para superar a sua condição de classe trabalhadora explorada, estorquida, ou seja, oprimida. Enquanto houver a distribuição das riquezas em proporções extremamente desiguais, não superaremos essa situação.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 1981.(Coleção primeiros passos). v.38.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987. (Coleção Questões da nossa época). v.23.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.
- MEKSENAS, Paulo. *Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2002 (Coleção Escola e participação).
- PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: uma introdução crítica*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- RIBEIRO, Vera Masagão. *Alfabetismo e atitudes: pesquisa com jovens e adultos*. Campinas: Papyrus; São Paulo: Ação Educativa, 1999.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Sociologia da educação*. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOARES, Leôncio José Gomes. *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. (Diretrizes Curriculares Nacionais).

Recebido em: 24/10/2009

Aprovado em: 06/04/2009